

Agrupamento de Escolas

Dr.ª Laura Ayres



Regulamento Interno - Anexo VII

*Regulamento do **P**rocedimento
Disciplinar de **A**lunos*

2011/2015

PROCEDIMENTO DISCIPLINAR DE ALUNOS

(Capítulo IV da Lei n.º 51/2012, de 05 de setembro)



I - MEDIDAS DISCIPLINARES

(Capítulo IV - artigos 26º e 28º da Lei n.º51/2012, de 05 de Setembro)

MEDIDAS CORRECTIVAS E MEDIDAS DISCIPLINARES SANCIONATÓRIAS

Medidas Correctivas (artigo 26º) (cumuláveis entre si, apenas com uma medida disciplinar sancionatória)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A advertência; ▪ A ordem de saída da sala de aula, e demais locais onde se desenvolva o trabalho escolar; ▪ A realização de tarefas e atividades de integração escolar, podendo, para esse efeito, ser aumentado o período diário e ou semanal de permanência obrigatória do aluno na escola ou no local onde decorram as tarefas ou atividades; ▪ O condicionamento no acesso a certos espaços escolares ou na utilização de certos materiais e equipamentos, sem prejuízo dos que se encontrem afetos a atividades lectivas; ▪ A mudança de turma 	TAREFAS E ACTIVIDADES DE INTEGRAÇÃO <ul style="list-style-type: none"> • Efetuar trabalhos de jardinagem, limpeza e embelezamento da escola; • Prestar colaboração na cantina; • Realizar tarefas de apoio à biblioteca; • Realizar trabalhos escolares de reforço ou enriquecimento propostos pelos professores; • Outras a definir pelo conselho de turma.
Medidas disciplinares sancionatórias (artigo 28º)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A repreensão registada; ▪ A suspensão até 3 dias úteis; ▪ A suspensão da escola entre 4 e 12 dias úteis; ▪ A transferência de escola; ▪ A expulsão da escola. 	

MEDIDAS DISCIPLINARES CORRECTIVAS

	TIPIFICAÇÃO DAS MEDIDAS	LOCAL ONDE OCORRE A INFRAÇÃO	COMPETÊNCIA PARA A APLICAR	PROCEDIMENTOS A ADOPTAR
MEDIDAS DISCIPLINARES CORRECTIVAS	Advertência	Dentro e ou fora da sala de aula	Professor Funcionários	O aluno é confrontado verbalmente com o comportamento perturbador do normal funcionamento das actividades da escola ou das relações no âmbito da comunidade educativa, alertando-o de que deve evitar tal tipo de conduta
	A ordem de saída da sala de aula, e demais locais onde se desenvolva o trabalho escolar	<ul style="list-style-type: none"> Sala de aula Outros locais onde decorram actividades lectivas 	Professor da turma Pessoa responsável pelo espaço	<ul style="list-style-type: none"> Implica a permanência do aluno na escola Ao professor compete determinar <ul style="list-style-type: none"> o período de tempo durante o qual o aluno deve permanecer fora da sala de aula, a aplicação de tal medida correctiva implica a marcação de falta ao aluno; as actividades, se for caso disso, que o aluno deve desenvolver no decurso desse período de tempo. O aluno abrangido pela escolaridade obrigatória deverá, acompanhado por um auxiliar de acção educativa, dirigir-se ao centro de aprendizagem (ESLA) ou biblioteca, onde desenvolverá uma actividade de carácter formativo a definir pelo professor. A ordem de saída da sala de aula deve ser comunicada ao director de turma no próprio dia (em impresso próprio – CSD – mod.1).
	A realização de tarefas e actividades de integração escolar	<ul style="list-style-type: none"> Fora da sala de aula Sala de aula Outros locais onde decorram actividades lectivas. 	Diretora com possibilidade de delegação na CSD	<ul style="list-style-type: none"> Não devem ter uma duração diária superior a 100 minutos e serão desenvolvidas em horário não lectivo. Comunicada aos pais ou ao encarregado de educação, tratando-se de aluno menor de idade.
	O condicionamento no acesso a certos espaços escolares, ou na utilização de certos materiais e equipamentos		Directora, por proposta do CT.	<ul style="list-style-type: none"> Não pode ultrapassar o período de tempo correspondente a um ano lectivo. Comunicada aos pais ou ao encarregado de educação, tratando-se de aluno menor de idade.
	Mudança de turma			<ul style="list-style-type: none"> Comunicada aos pais ou ao encarregado de educação, tratando-se de aluno menor de idade.

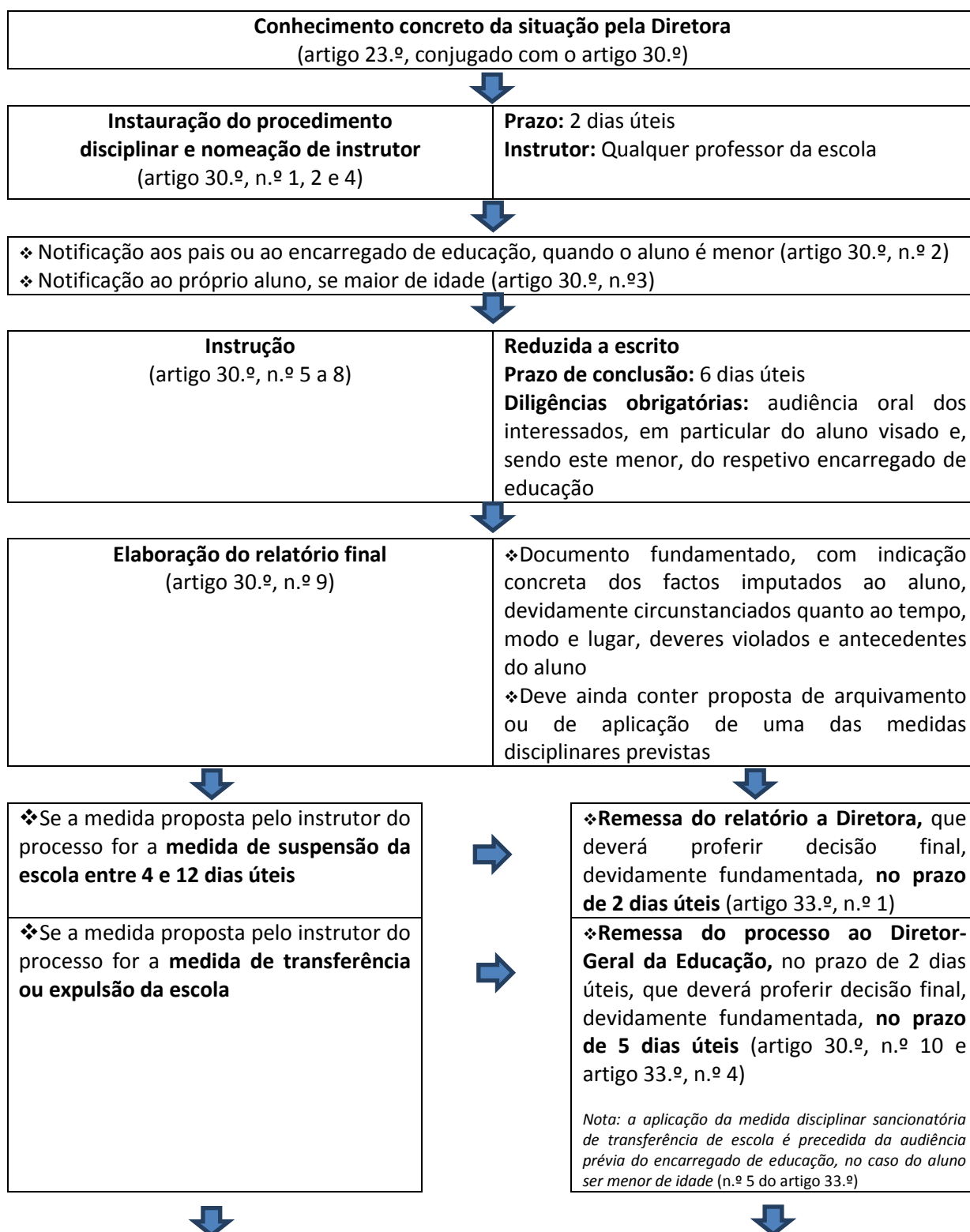
MEDIDAS DISCIPLINARES SANCIONATÓRIAS

	TIPIFICAÇÃO DAS MEDIDAS	LOCAL ONDE OCORRE A INFRAÇÃO	COMPETÊNCIA PARA A APLICAR	PROCEDIMENTOS A ADOPTAR
MEDIDAS DISCIPLINARES SANCIONATÓRIAS	Repreensão registada	<ul style="list-style-type: none"> Sala de aula Outros locais onde decorram actividades lectivas 	Professor	<ul style="list-style-type: none"> Averbamento no processo individual do aluno; Identificação do autor do ato decisório; Data em que o mesmo foi proferido; Fundamentação de facto e de direito de tal decisão Após três repreensões registadas será aplicado ao aluno um dia de suspensão.
		<ul style="list-style-type: none"> Fora da sala de aula 	Diretora	
	A suspensão até 3 dias úteis	<ul style="list-style-type: none"> Fora da sala de aula Sala de aula Outros locais onde decorram actividades lectivas 	Diretora	<ul style="list-style-type: none"> Comunicada aos pais ou ao encarregado de educação, tratando-se de aluno menor de idade; Elaboração de um plano de actividades pedagógicas, com corresponsabilização dos encarregados de educação
	A suspensão da escola entre 4 e 12 dias úteis		Competência para instaurar o processo e aplicar a medida: Diretora	<ul style="list-style-type: none"> Ocorrência dos factos deve, ser participada, pelo professor ou funcionário que a presenciou ou dela teve conhecimento, de imediato, ao respectivo director de turma/CSD, para efeitos da posterior comunicação à Diretora. A Diretora Instaura procedimento disciplinar.
	Transferência de escola		Competência para instaurar o processo: Directora Competência para aplicar a medida: director geral da educação com possibilidade de delegação na Diretora	
	A expulsão da escola	<ul style="list-style-type: none"> Fora da sala de aula Sala de aula Outros locais onde decorram actividades lectivas 	Competência para aplicar a medida: director geral da educação com possibilidade de delegação na Diretora	<ul style="list-style-type: none"> Aplicada apenas a alunos maiores de 18 anos; A Diretora instaura procedimento disciplinar; Retenção no mesmo ano de escolaridade; Proibição de acesso ao espaço escolar até final daquele ano escolar e nos dois anos escolares imediatamente seguintes.

II- TRAMITAÇÃO DO PROCEDIMENTO DISCIPLINAR

(artigo 30.º da Lei n.º 51/2012, de 05 de Setembro)

(O procedimento disciplinar é obrigatório quando as medidas disciplinares sancionatórias a aplicar sejam as previstas nas alíneas c), d) e e) do n.º 2 do artigo 28.º da Lei n.º 51/2012, de 05 de setembro)



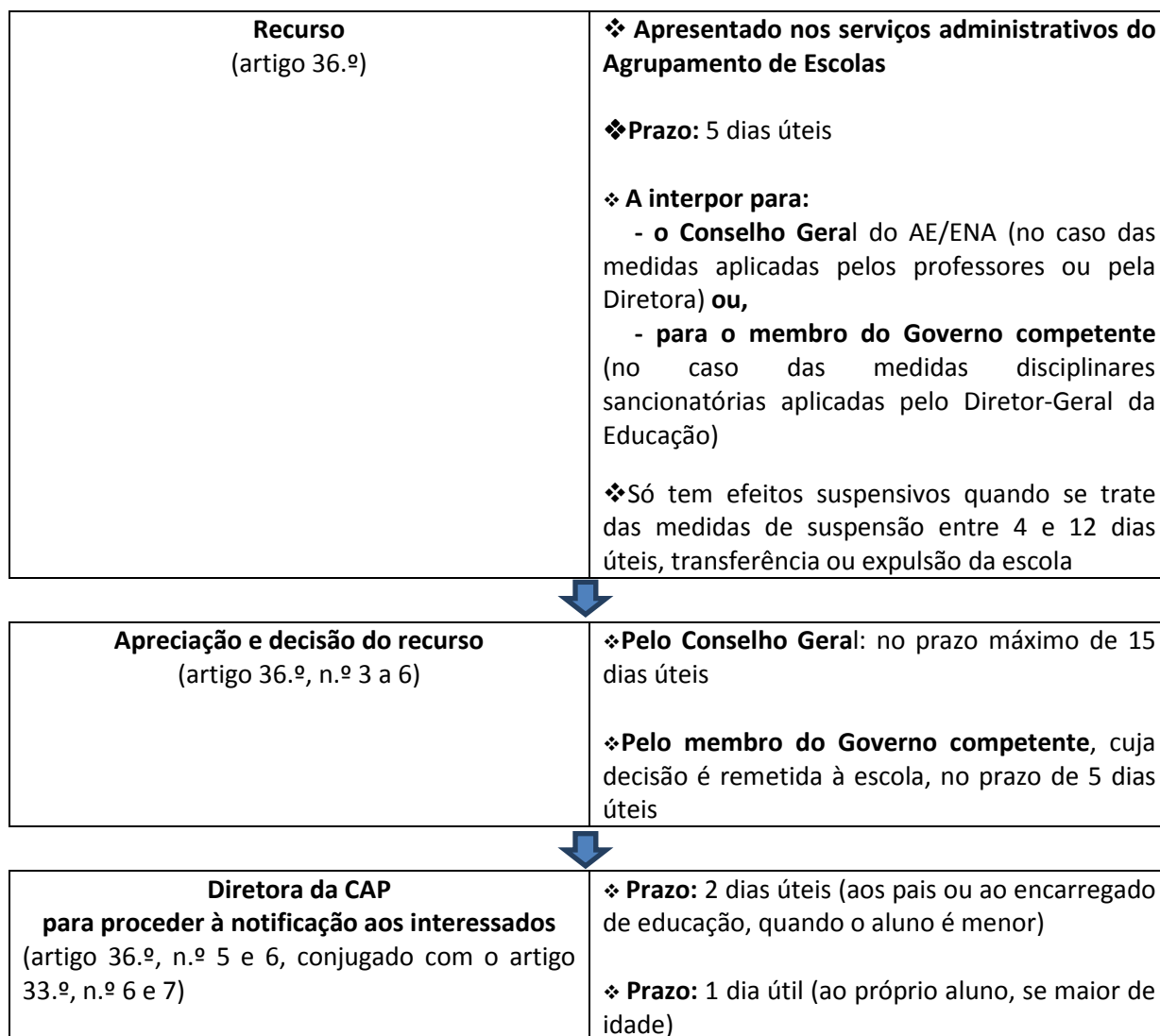
❖ **Notificação da decisão final aos pais ou ao encarregado de educação, quando o aluno é menor** (artigo 33.º, n.º 6 e 7)

Prazo: 2 dias úteis

❖ **Notificação ao próprio aluno, se maior de idade** (artigo 33.º, n.º 6 e 7)

Prazo: 1 dia útil

***Nota:** É obrigatória a comunicação à CPCJ, caso seja aplicada ao aluno, menor de idade, uma medida disciplinar sancionatória igual ou superior à de suspensão da escola por período superior a 5 dias úteis e cuja execução não tenha sido suspensa (n.º 8 do artigo 33.º)*



III - EXECUÇÃO DAS MEDIDAS DISCIPLINARES

(artigos 34 e 35.º da Lei n.º51/2012, de 05 de Setembro)

- ❖ É da competência do Diretor de Turma e/ou Professor-Tutor, ou do Professor Titular da Turma o acompanhamento da execução da medida disciplinar corretiva ou sancionatória aplicada ao aluno;
- ❖ Corresponsabilização dos pais ou encarregados de educação e dos professores da turma quanto aos efeitos educativos da medida disciplinar aplicada ao aluno;
- ❖ Possibilidade de constituição de Equipas Multidisciplinares, a definir no Regulamento Interno da escola, destinadas a acompanhar, com caráter de permanência, em particular, os alunos que se encontrem nas situações previstas no n.º 1 do artigo 35.º.

TRAMITAÇÃO DO PROCEDIMENTO DISCIPLINAR DE ALUNOS

MINUTAS	
❖ Instauração	<ul style="list-style-type: none">. Despacho de Instauração. Despacho de Nomeação de Instrutor. Comunicação aos pais/encarregado de educação
❖ Suspensão preventiva	<ul style="list-style-type: none">. Despacho que determina a suspensão preventiva. Comunicação aos pais/encarregado de educação da suspensão preventiva
❖ Instrução	<ul style="list-style-type: none">. Convocatória para audiência oral. Convocatória de testemunha. Ata de audiência oral. Auto de declarações
❖ Relatório	<ul style="list-style-type: none">. Relatório de Instrutor
❖ Intervenção do Conselho de Turma	<ul style="list-style-type: none">. Reunião de Conselho de Turma
❖ Decisão	<ul style="list-style-type: none">. Decisão Final da Diretora
❖ Notificação da decisão final	<ul style="list-style-type: none">. Termo de notificação. Notificação por carta registada com aviso de receção
❖ Procedimento disciplinar sumário	<ul style="list-style-type: none">. Audiência oral

Instauração

Despacho de Instauração Nº ____/1213

Nos termos do artigo 30.º da Lei n.º 51/2012, de 05 de setembro, diploma que aprovou o Estatuto do Aluno e Ética Escolar, instauro procedimento disciplinar ao aluno, nº..... da turma....., do ano, com base na participação apresentada por.....

Quarteira,de.....de 2012

A Diretora

Despacho de Nomeação de Instrutor Nº ____/1213

Nos termos do artigo 30.º da Lei n.º 51/2012, de 05 de setembro, diploma que aprovou o Estatuto do Aluno e Ética Escolar, nomeio instrutor do processo disciplinar instaurado ao aluno, nº..... da turma....., do ano, o professor

Quarteira,de.....de 2012

A Diretora

Comunicação aos Pais / Encarregado de Educação

Exmo(s) Senhor(es)

.....

Assunto: **Instauração de procedimento disciplinar**

Comunico a V.Ex^ª(s), na qualidade de pais/encarregado de educação do aluno que, nesta data, dei início ao procedimento disciplinar instaurado ao vosso educando, por despacho de/...../2012 da Ex^ª Diretora do Agrupamento.

Com os melhores cumprimentos

Quarteira,de.....de 2012

O Instrutor

Suspensão Preventiva

Despacho que determina a suspensão preventiva do aluno

Nos termos do artigo 32.º da Lei n.º 51/2012, de 05 de setembro, diploma que aprovou o Estatuto do Aluno e Ética Escolar, suspendo preventivamente da frequência da escola o aluno, nº....., da turma....., do ... ano, por dias úteis.

O aluno é suspenso entre os dias .../.../...., por se entender que a sua presença neste estabelecimento de ensino perturba gravemente o normal funcionamento das atividades da escola/ prejudica a instrução do procedimento disciplinar/ revela-se necessária à salvaguarda da paz pública e tranquilidade na escola, como decorre da proposta de suspensão formulada pelo Sr. Instrutor, sendo que na verdade o aluno(deve ser exposta a fundamentação).

(Deve ser também indicado o plano de atividades a cumprir pelo aluno no período de ausência da escola)

Quarteira,de.....de 2012

A Diretora

Comunicação aos Pais/Encarregado de Educação do Despacho de Suspensão preventiva do aluno

Exm^o(s) Senhor(es)

.....

Assunto: Suspensão preventiva do aluno

Comunico a V.Ex^ã(s), na qualidade de pais/encarregado de educação do aluno,
que, por meu despacho de .../.../..., cuja cópia anexo, o seu educando foi suspenso
preventivamente da frequência deste estabelecimento de ensino, no período de .../.../....

Com os melhores cumprimentos.

Quarteira,de.....de 2012

A Diretora

Instrução

Convocatória para audiência oral de interessados

Exmo(a) Senhor(a)

.....

Assunto: **Convocação para audiência oral de interessados** no procedimento disciplinar instaurado ao aluno em .../.../2012

Solicito a V.Exª que se digne nesta Escola, na sala, no próximo dia .../.../...., pelas ... horas, acompanhado do seu educando menor, aluno n.º ..., daturma do ano, a fim de serem ouvidos , nos termos do n.º 5 do artigo 30.º da Lei.º 51/2012, de 05 de setembro, no âmbito do procedimento disciplinar supra referido.

Com os melhores cumprimentos

Quarteira,de.....de 2012

O Instrutor

Convocatória de testemunha

Convoca-se o professor (o funcionário) para ser ouvido no próximo dia/...../..., pelashoras, na sala de, no âmbito do procedimento disciplinar instaurado ao aluno .., da turma....., do ... ano.

Quarteira,de.....de 2012

O Instrutor

Ata da audiência oral de interessados

Aos..... dias do mês de do ano de, nesta Escola, compareceu perante mim, nomeado instrutor do presente procedimento disciplinar, o aluno, n.º,da turma, do ano e o seu encarregado de educaçãoIniciada a audiência, foram os interessados informados de que a instrução do processo visa o apuramento dos factos relativos ao comportamento do aluno ..., no dia .../.../....,do seguinte modo:

.....

Perante estes factos, os interessados pronunciaram-se do seguinte modo:

.....

Indicaram como testemunhas a serem ouvidas:

.....

Juntaram os seguintes documentos:

.....

Não tendo mais nada a acrescentar, lidas as suas declarações e achadas conformes, vão comigo assinar a presente ata.

O Aluno:

O Encarregado de Educação:

O Instrutor:

Quarteira,de.....de 2012

Auto de declarações

Aos..... dias do mês de do ano de, nesta Escola, compareceu perante mim, instrutor deste procedimento, o professor (o funcionário) que, no âmbito do procedimento disciplinar instaurado ao aluno F....., da turma....., declarou o seguinte:

.....

Não tendo mais nada a acrescentar, lidas as suas declarações e achadas conformes, vão comigo assinar a presente ata.

O Professor:

O Instrutor:

Quarteira,de.....de 2012

Relatório

Relatório do Instrutor

1. Por despacho de/....../.... da Diretora deste Agrupamento, foi mandado instaurar procedimento disciplinar ao aluno F....., da turma.....
2. O referido despacho teve por base a participação apresentada por..... (fls.....)
3. Procedi às diligências necessárias, tendo ouvido (fls.....), dando-se aqui por reproduzidas as suas declarações.
4. Procedi à audiência oral dos interessados, tendo ouvido o aluno e o seu encarregado de educação (fls.....)
5. A solicitação do interessado foram juntos ao processo os documentos de fls... e foram ouvidas as testemunhas por si indicadas (fls...), dando-se aqui por integralmente reproduzidas as suas declarações.
6. Ponderados todos os elementos recolhidos na fase de instrução, designadamente, a prova produzida a pedido dos interessados, conclui-se que se encontram provados os seguintes factos:
.....
7. A matéria dada como provada revela um comportamento do aluno que se traduz no incumprimento do dever de, estabelecido no artigo da Lei n.º 51/2012, de 05 de setembro, bem como no artigo ... do Regulamento Interno da Escola;
8. Atendendo ao disposto no artigo 25.º da Lei n.º 51/2012, de 05 de setembro, designadamente, (*indicar as circunstâncias agravantes e atenuantes,*) proponho a aplicação ao aluno da medida disciplinar sancionatória de, prevista na alínea ... do artigo 28.º da referida lei, por se considerar adequada e ajustada à gravidade da conduta infratora e cumprir as finalidades das medidas disciplinares sancionatórias, tal como enunciadas no artigo 24.º do mesmo diploma legal.

Quarteira,de.....de 2012

O Instrutor:

Intervenção do Conselho de Turma

Reunião do Conselho de Turma

Em cumprimento do despacho de .../.../... da Diretora do Agrupamento, procedeu este Conselho à análise e apreciação dos factos praticados pelo aluno, da turma....., do ... ano, que estão na origem do procedimento disciplinar que lhe foi instaurado por despacho de

O Senhor Instrutor apresentou a proposta de aplicação da medida disciplinar de, prevista na alínea c), n.º 2, do artigo 28.º da Lei n.º 51/2012, de 05 de setembro, diploma que aprovou o Estatuto do Aluno e Ética Escolar.

Assim, atento o teor do relatório do instrutor de fls... e, tendo sido este órgão solicitado a pronunciar-se, nos termos do disposto no artigo 28.º, n.º 6 da citada Lei, considerando que a medida disciplinar sancionatória proposta é a de suspensão de escola (*entre 4 e 12 dias úteis*) é deliberado:

.....

No presente processo disciplinar resultaram provados os seguintes factos:

.....

Nos termos do disposto do artigo 25.º da citada Lei, na determinação da medida disciplinar a aplicar, deve ter-se em consideração a gravidade do incumprimento do dever, as circunstâncias, atenuantes e agravantes em que esse incumprimento se verificou, o grau de culpa do aluno, a sua maturidade e demais condições familiares, pessoais e sociais.

No presente caso, o Conselho de Turma entende que o grau de culpa do aluno é acentuado, sendo, porém, de realçar as condições pessoais, familiares e sociais em que se insere, como decorre do teor do relatório junto a fls....

Tudo ponderado, este Conselho de Turma delibera concordar com a proposta formulada pelo Instrutor.

Quarteira,de.....de 2012

A Secretária

A Presidente:

Decisão

Decisão

A) Decisão final proferida pela Diretora

Concordando com os fundamentos de facto e de direito constantes do relatório que se anexa, elaborado pelo instrutor do processo, aplico ao aluno, nº... da turma..., do... ano, a medida disciplinar de, prevista na alínea.... do artigo da Lei n.º51/2012, de 05 de setembro, diploma que aprovou o Estatuto do Aluno e Ética Escolar.

Quarteira,de.....de 2012

A Diretora:

Notificação da Decisão Final

Notificação da Decisão Final

A) Termo de Notificação

Em/...../..... notifico o aluno,n.º da turma....., do ... ano e o respectivo encarregado de educação (*se o aluno for menor*) da decisão final no procedimento disciplinar por mim proferida em....., de aplicação da medida sancionatória disciplinar de, prevista no artigo 28.º da Lei n.º 51/2012, de 05 de Setembro, com fundamento nos elementos constantes de fls... do procedimento, que se anexam, medida disciplinar a executar em.....

Ficam igualmente notificados que da decisão proferida poderá ser interposto recurso hierárquico, a interpor no prazo de cinco dias úteis, que deverá ser entregue nos serviços administrativos desta Escola, conforme determina o artigo 36.º da citada lei, não tendo (*ou tendo*) o recurso hierárquico efeito suspensivo da medida disciplinar.

Quarteira,de.....de 2012

O Aluno:

O Encarregado de Educação:

A Diretora:

Notificação da Decisão Final

B) Notificação por carta registada com aviso de recepção

Exmº Senhor

.....

Assunto: Notificação de Decisão Final no procedimento disciplinar

Notifico V.Exª, na qualidade de encarregado de educação do aluno,nº
..... da turma....., do ... ano, nos termos e para os efeitos a seguir mencionados:

De que foi proferida a decisão final no procedimento disciplinar por mim proferida em.....(ou por despacho de do Senhor Diretor-Geral de Educação de....), da aplicação da medida sancionatória disciplinar de, prevista no artigo 28.º da Lei n.º 51/2012, de 05 de setembro, com fundamento nos elementos constantes de fls... do procedimento, que se anexam, medida disciplinar a executar em.....

Fica igualmente notificado que, da decisão proferida poderá ser interposto recurso hierárquico, a interpor no prazo de cinco dias úteis, que deverá ser entregue nos serviços administrativos desta Escola, conforme determina o artigo 36.º da citada lei, não tendo (ou tendo) o recurso hierárquico efeito suspensivo da medida disciplinar.

Com os melhores cumprimentos.

Quarteira,de.....de 2012

A Diretora:

Procedimento Disciplinar Sumário

Procedimento disciplinar sumário

Audiência oral do aluno

Aos..... dias do mês de do ano de, compareceu perante mim, instrutor deste procedimento disciplinar, o aluno, n.º da turma....., do ... ano, acompanhado do seu encarregado de educação

Iniciada a diligência, foi o aluno informado de que a instrução do processo visa o apuramento de um comportamento que lhe é atribuído, que se traduz no incumprimento do dever de, estabelecido na alínea do artigo 10.º da Lei n.º 51/2012, de 05 de setembro, e no artigo do Regulamento Interno, consubstanciado nos seguintes factos:

.....

Ficando ciente dos aspetos relevantes para a decisão do procedimento, o aluno pronunciou-se nos seguintes termos:

.....

Por último, os interessados requereram a realização das seguintes diligências:

.....

Lidas as declarações e achadas conformes, assinam.

O Aluno:

O Encarregado de Educação:

O Instrutor:

Quarteira,de.....de 2012

Aprovado em sede de reunião do Conselho Geral Transitório realizada em 13 de dezembro de 2011

A Presidente do Conselho Geral Transitório

- Teresa Silva Carvalho -

Revisto em sede de reunião do Conselho Geral realizada em 26 de julho de 2012

A Presidente do Conselho Geral

- Teresa Silva Carvalho -

Revisto em sede de reunião do Conselho Geral realizada em 12 de dezembro de 2012

A Presidente do Conselho Geral

- Teresa Silva Carvalho